



ESTUDANTES SURDO-NEGROS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ETNORACIAIS SOB O VIÉS RACIAL INCLUSIVO EM TERESINA-PI

Thayane Nascimento Freitas¹
Tarcísio Welvis Gomes de Araújo²
Nádia Fernanda Martins de Araújo³

RESUMO

Esta pesquisa aborda uma temática até então pouco discutida entre os educadores e pesquisadores da área de Educação Especial, referimo-nos às aprendizagens escolares de estudantes surdo-negros. Diante dessa problemática, apresentamos aqui os resultados da investigação: como ocorrem as interações de estudantes surdo-negros e os demais estudantes no contexto da sala de aula regular? O objetivo principal consistiu em analisar os tipos de interações que se estabelecem entre surdo-negros e os demais estudantes em uma escola regular de perspectiva inclusiva. Como metodologia de investigação optamos por uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, com observações diretas, tendo sido utilizado como instrumento de produção de dados a entrevista narrativa. Os resultados da investigação demonstraram que os estudantes surdo-negros apresentam dificuldades de aprendizagem estando estas diretamente relacionada às consequências de racismo e de preconceito racial sofridos pelos sujeitos surdo-negros no âmbito social, sobretudo na escola. As nossas conclusões após as entrevistas narrativas, e as análises dos dados coletados, nos mostram que o racismo e o preconceito racial é ignorado pela maioria dos professores, intérpretes de Libras e alguns estudantes, porém fica evidenciado a existência de um esboço da construção e auto afirmação, por sujeitos com surdez de descendência afro-brasileira, de uma identidade surda-negra.

Palavras-chave: Estudante, Inclusão, Relações Etnorraciais, Surdo-negro.

INTRODUÇÃO

São recentes e raros os estudos científicos relacionados à surdez e afrodescendência como características na construção identitária de um sujeito, bem como políticas públicas voltadas a ambas, necessárias a inclusão socioeducacional do indivíduo que se auto reconhece enquanto surdo-negro.

Entendendo que a inclusão escolar é um processo complexo, e se tratando de estudantes surdos, é dever das instituições educacionais promover adequações no currículo, metodologias, recursos didáticos e formação do corpo docente. Tendo em vista o preparo e a boa formação

¹ Pedagoga, graduada pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Especialista em Língua Brasileira de sinais Libras (FAEME) e Educação Especial (IESM); Professora da rede municipal de Teresina- SEMEC e Universidade Paulista-UNIP; Email: thayanny_freitas@hotmail.com

² Graduado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Especialista em Libras (FAEME). Professor/Instrutor de Libras (SEDUC – MA); E-mail: twgaraujo@gmail.com;

³ Orientadora. Mestranda do programa de pós-graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB) na área de Libras. Intérprete Educacional de Libras. E-mail: nadiafaraujo@ufpi.edu.br.



para conhecer a diversidade, tanto em relação ao Surdo quanto aos surdo-negros e outros estudantes, e a complexidade das limitações dos discentes, em que este direito é garantido pelo decreto nº 5.626/ 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 conhecida como a Lei da Libras, que em seu capítulo VI, trata sobre a garantia das pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva Direito à Educação.

Ao lado da problemática relacionada ao Surdo que sofre preconceito e perdas significativas de seus direitos e da cidadania de modo em geral, destacamos essa questão grave que atenua, o Surdo que é Negro. As políticas públicas no Brasil voltadas à Comunidade Negra e à Comunidade Surda são oriundas, respectivamente, da mobilização de organizações não governamentais, do Movimento Negro e da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que possibilitaram à construção e avanços de estratégias de inclusão social e educacional voltadas à educação de pessoas negras e surdas, contudo, há necessidade de políticas públicas direcionadas às pessoas surdo-negras.

Nesse sentido, esta pesquisa tem a finalidade de demonstrar como é o convívio dos estudantes surdo-negros com os demais estudantes de uma mesma sala de aula de perspectiva inclusiva, de modo que possamos perceber até que ponto essas interações podem auxiliar e/ou dificultar os processos pedagógicos de ensino-aprendizagem.

Assim sendo, o objetivo geral foi o de analisar os tipos de interações que se estabelecem entre estudantes surdo-negros e os demais estudantes em uma escola de perspectiva inclusiva. Especificadamente, descrevemos as interações existentes entre os estudantes surdo-negros e os demais estudantes em circunstâncias de trabalho escolar nas salas de aula e outros espaços da instituição; caracterizar os processos e meio de comunicação entre os estudantes ouvintes e os surdo-negros em sala de aula e outros espaços da instituição escolar; e verificar a existência ou não, de racismo e/ou preconceito por parte dos estudantes ouvintes em relação aos estudantes surdo-negros.

Portanto, esta pesquisa, apresenta reflexões necessárias à comunidade escolar acerca de políticas inclusivas à pessoa surdo-negra, que muitas vezes têm dificuldades no seu processo de construção e autoafirmação identitária, devido aos preconceitos linguísticos e raciais que permeiam nossa sociedade e, também, o ambiente escolar.

METODOLOGIA

O estudo com a temática sobre as interações de estudantes surdo-negros no ambiente escolar é de caráter qualitativo, pois ocupa um reconhecimento entre as possibilidades de



estudar um fenômeno que envolve os seres humanos e suas relações no meio social em que está inserido (GODOY, 2006). Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa como opção mais adequada para entender um fenômeno como este aqui supracitado, deve-se porque os estudos qualitativos ocorrem em um cenário natural.

Levando em consideração os objetivos propostos nesta pesquisa, é que optamos por uma pesquisa do tipo descritiva, por tratar de uma investigação no campo das ciências humanas e sociais, na busca de compreender as características das relações entre os surdo-negros e seus pares (GIL, 2008).

Quanto ao campo de estudo, a pesquisa foi realizada em uma escola da rede estadual, na cidade de Teresina-PI, que oferta à comunidade local o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. O critério para a escolha dos participantes da pesquisa foi o de atuar como professor dos estudantes surdo-negros, ou ser intérprete de Libras desses estudantes.

Para a geração de dados foi feita formalização do contato com a direção da escola e solicitamos autorização para realização das observações simples, de modo que o pesquisador mantém uma certa distância do objeto em estudo, seguido de um processo de análise e interpretação dos dados gerados (GIL, 2008).

Após as observações, foram feitas as entrevistas narrativas, em que permite que as pessoas lembrem e coloquem experiência em uma sequência, possíveis explicações, e vão acumulando acontecimentos que constroem a vida individual e social (BAUER, 2002). A entrevista foi realizada com professores e intérpretes de Libras, com um roteiro previamente elaborado. Por último, foi feita com os sujeitos alvo da pesquisa, realizamos uma entrevista narrativa com os estudantes surdo-negros através de vídeo, com a ajuda de uma das intérpretes da escola, que fez as traduções para a Língua Portuguesa.

Participaram dessa pesquisa, dois professores, dois intérpretes, e dois estudantes surdos. Como instrumentos de geração de dados, optamos pela entrevista do tipo narrativa, pois permite ao pesquisador que fique mais próximo dos sujeitos da pesquisa, além de possibilitar uma interação, através do diálogo, da conversa em que o entrevistado fala sobre a temática proposta de forma mais natural e se bem elaborado as informações fluem verdadeiramente (VERGARA, 2009).

A LUTA DE ESTUDANTES SURDOS E ESTUDANTES NEGROS PELA INCLUSÃO ESCOLAR



O Estudante Surdo⁴

No passado costumava-se achar que a surdez era acompanhada por algum tipo de déficit cognitivo. Entretanto, com a inclusão dos Surdos no processo educativo, compreendeu-se que eles, em sua maioria, não tinham a possibilidade de desenvolver o cognitivo em virtude dos poucos estímulos que recebiam e que isto era devido à dificuldade de comunicação entre Surdos e ouvintes, conforme cita Falcão (2007).

A educação do Surdo no Brasil, iniciou em 1857, sob a Lei nº 839 de 26 de janeiro, assinada por D. Pedro II através da fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos), em parceria com Ernesto Huet, francês, professor e diretor do Instituto (REILY, 2004).

Diante desse contexto sobre a história da Comunidade Surda, muitos fatos ocorreram ao longo de sua evolução social e educacional, evidencia-se então que a maioria deles teve grande relevância aos movimentos sociais que transformaram essas experiências em grande mudança de concepção em relação à aceitação das pessoas Surdas.

Neste sentido não devemos restringir o Surdo, mas percebê-lo na sua dimensão cultural, identitária e linguística. De modo a perceber esse sujeito não como um deficiente, mas em sua peculiaridade linguística, que não impede que este participe política e efetivamente da sociedade com todos os seus direitos assegurados.

Com a ajuda das associações de Surdos e outras entidades que lutam em favor das pessoas surdas no Brasil é que foi sancionada pelo então Presidente da República, a Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão dos Surdos brasileiros. Anos depois, o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta essa lei, trata da inclusão da Libras como disciplina curricular e também da presença de profissionais tradutores e intérpretes em órgãos públicos ou empresas concessionárias de serviço público.

A Educação Inclusiva depende não só da capacidade do sistema escolar em buscar soluções para o desafio, depende também da formação de professor para fazer acontecer à inclusão. Para que de fato estas mudanças possam se concretizar, se faz necessário que educadores, associações de pais, instituições educativas às pessoas com deficiência e cidadãos

⁴ Compreendemos surdo como aquele que apresenta perda auditiva e, comumente, faz uso de uma língua da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para compreender, se comunicar e expressar, considerada assim a principal forma de manifestação da sua cultura e identidade (BRASIL, 2002, 2005).



em geral se unam pelo direito de uma escola de qualidade para todos, a fim de que ocorra uma inclusão efetiva e não só apenas uma integração.

Um dos suportes na educação do Surdo nas escolas regulares é o Atendimento Educacional Especializado - AEE que é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Essa proposta pedagógica no AEE, deve então possibilitar a ampliação da relação dos alunos com o conhecimento, ajudando-os a formular suas ideias a partir do seu ponto de vista e liberdade de expressão, não somente como um complemento no contra turno de continuidade da sala de aula comum. Então se percebe que o Surdo precisa ser respeitado linguisticamente sendo assim necessário oferecer suporte educacional suficiente possibilitando para esse sujeito um futuro equivalente a qualquer outra pessoa sem deficiência, oportunizando acesso a espaços sociais e políticos de forma igualitária.

O Estudante Negro⁵

Para melhor entender as relações raciais no espaço escolar, precisamos entender sobre o conceito de raça, racismo, preconceito e discriminação, para compreender como estes termos estão sendo vivenciados pelos estudantes negros surdos.

O termo raça, segundo Munanga (2006), veio do italiano *razza*, que por sua vez, deriva do latim *ratio*, designando sorte, categoria, espécie, que no latim medieval indica descendência, linhagem. O racismo, ainda segundo o supracitado autor, é um comportamento, uma ação resultante da aversão em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial no qual fatores observáveis, como a cor da pele ou o tipo de cabelo, distinguem os componentes de um grupo dos demais e, por possuírem traços fenotípicos diferentes daqueles considerados superiores, são vítimas de preconceito e discriminação.

Atrelado à noção do que é o racismo, está o preconceito racial, que parte de uma ideia antecipada e não refletida de superioridade de uma “raça”. Já a discriminação racial consiste em uma ação, uma manifestação de comportamento, que prejudica determinada pessoa ou grupo por razão de sua cor (MUNANGA, 2006).

⁵ “[...] ser negro possui vários significados, e a formação de uma “identidade negra” resulta na compreensão da lógica das relações raciais brasileiras, que têm em sua origem a ancestralidade africana (afrodescendentes), porém, ciente da existência da mistura étnica, e com a conscientização de ser negro é antes de tudo uma posição política” (SANTOS, 2012, p. 7).



Ao abordar o aspecto cultural e histórico das diferenças é preciso minimizar esse aspecto da diversidade, propiciando um aumento do conhecimento referente à cultura afro-brasileira e, assim o respeito à cultura de um povo que se vê sem um referencial positivo, pois ao não encontrar um parâmetro de identificação, passa a ser internalizado um padrão que lhe é imposto.

Vários estudos sobre as culturas brasileiras nos levam a construção de um imaginário do povo brasileiro, somos educados por elementos culturais e raciais que se encaixam nas categorias branca e cristã (cultura europeia). Esse tipo de formação passa a ser um desafio para a educação brasileira, de acordo com que é proposto pela Lei nº 10.639/03 que alterou a LDBEN nº 9.394/96, ao incluir na rede de ensino conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira, levando-se em consideração seus mitos e saberes populares, bem como seus símbolos, a partir de suas formulações simbólicas.

Uma questão fundamental que deve ser trabalhada no cotidiano da escola é o combate ao racismo e ao preconceito, seja ele qual for, e em uma escola que tenha deficientes auditivos e/ou surdos, essa temática deve ser sempre abordada. Contudo, a escola tende a não reconhecer tais conflitos, reforçando, dessa forma, o preconceito. E quando esse racismo e/ou preconceito racial recai sobre a pessoa surda, este sujeito enfrentará mais um atenuante que irá dificultar mais ainda todo o seu processo de aprendizagem escolar.

A escola tem o papel importantíssimo na conscientização social do público estudantil, no entanto a responsabilidade não cabe somente a ela, mas a solução deve ser em conjunto com os pais dos alunos envolvidos. O silêncio muitas vezes pode levar o estudante a se sentir abandonado, sem o apoio de uma pessoa, que neste momento deveria fazer algo para confortá-lo e fortalecer sua estima.

Nesse sentido a escola deve evitar papéis que reforcem a exclusão e propagação das desigualdades e preconceitos, tanto em relação a surdez quanto ao aspecto racial, ela precisa ser um espaço de formação de cidadãos e cidadãs, precisa apresentar ao aluno oportunidade de diálogos e reflexão sobre as diferenças, semelhanças e limites a fim de desenvolver o respeito à diversidade.

Acreditamos que a educação ocorre em um espaço onde estão inseridos sujeitos de várias raças, contextos sócio-político-econômicos diferentes, religiões e classes distintas, faz-se necessário investigar até que ponto a escola tem contribuído para a afirmação, aceitação ou recriminação da negritude e limites de uma pessoa. Ao construir o currículo, não se pode ignorar a existência da múltipla diversidade presente no contexto escolar.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudante surdo-negro no ambiente escolar: interações sociais com surdos não negros e ouvintes em uma escola de perspectiva inclusiva de Teresina-PI

As informações foram obtidas através de entrevistas narrativas com os professores, intérpretes e os estudantes Surdos e observações em sala de aula. Foram colaboradores na nossa pesquisa: dois professores que lecionam na sala de estudantes Surdos, duas intérpretes de Libras que trabalham diretamente com esses estudantes e dois estudantes Surdos. Para preservar suas identidades fizemos uso de codificações, onde agora passaremos a chamá-los por letras conforme apresentaremos a seguir.

SUJEITO	FORMAÇÃO
Professor 1 (P1)	Formado em Licenciatura em Língua Inglesa e Direito. Atualmente leciona nas turmas de Ensino Fundamental e Médio. Tem curso de Libras básico e intermediário e especialização em Libras.
Professor 2 (P2)	Formado em Licenciatura em Matemática e é especialista em Docência Superior em Matemática. Atualmente leciona nas turmas de Ensino Fundamental
Intérprete A (IA)	Formado em Licenciatura em Matemática, Intérprete de Libras. Atualmente é intérprete educacional na sala de aula da escola lócus da pesquisa.
Intérprete B (IB)	Formado em Licenciatura em Matemática, especialista em Libras e intérprete de Libras. Atualmente é intérprete educacional na sala de aula da escola lócus da pesquisa e professora na rede estadual.
Aluno A (AA)	Surda-negra, estuda no 9º ano no período da tarde.
Aluno C (AC)	Surdo, estuda no 1º ano de ensino médio no período da tarde.

FONTE: os autores, 2019.

Rotina escolar dos estudante Surdos

Como ponto de partida da nossa investigação, procuramos observar como é a rotina dos estudantes surdos dentro da escola pesquisada. Os estudantes ao adentrarem a escola ficam a conversar com seus pares no pátio. Logo que o professor chega, o sinal para entrar na sala toca, e para os surdos o sinal luminoso se acende, e estes vão rapidamente para a sua sala, porém algumas vezes se recusam a entrar na sala pelo fato da intérprete ainda não ter chegado, alegando que sem ela, eles não entendem nada, já que o professor não conhece a língua de sinais.



A escola pesquisada tem uma rotina própria que é seguida pelos estudantes surdo-negros, negros não-surdos e ouvintes. Segundo a fala da IA *“os surdos às vezes não obedecem regras por acharem donos de mais direitos e se recusam muitas vezes a entrar em sala de aula se o intérprete não estiver. [...] às vezes (os surdos) acham que não precisam aceitar certas regras porque são especiais, por exemplo, o uso do celular e chegar atrasado”*, essa fala nos mostra a dependência dos estudantes Surdos pelos intérpretes em mediar a comunicação com os professores ouvintes que trabalham utilizando, na maioria das vezes metodologias ouvintistas (ensino ministrado em Língua Portuguesa oral, sem o apoio de recursos visuais). Percebe-se, também, que o estudante Surdo se aproveita da sua necessidade educacional especial para fazer uso de objetos e/ou ter atitudes que lhe convenham, em certo momento desrespeitando regras da instituição, que por consequência influenciam em seu processo de ensino-aprendizagem.

Em sala de aula, segundo os intérpretes, os estudantes às vezes se recusam a fazer as atividades que os professores solicitam na sala de aula caso o intérprete não esteja na sala de aula, mesmo que estes saibam realizar as atividades, ou dizem que farão no AEE. Isso demonstra que os estudantes de fato se sentem especiais e cheios de regalias, fica claro também que as regras e a função do intérprete não está bem explícita para o surdo, bem como do objetivo do AEE que não é uma “escola de reforço”.

Dessa forma, há necessidade de uma formação docente que possibilite metodologias de ensino mais visuais, que aproveitem as habilidades dos estudantes Surdos, e que estes possam desenvolver autonomia em seu processo de ensino-aprendizagem.

O duplo preconceito (estigmas): Surdez X afrodescendência

Vivemos em uma sociedade permeada de preconceitos e discriminações, nesse sentido, pertencer a uma minoria significa estar suscetível a uma invisibilidade sobre a questão identitária com valor positivo, conforme discutimos ao referir sobre o ser Surdo e ao Negro. Por isso veio o questionamento: qual seria o impacto do indivíduo que possui uma identidade transposta nestes dois grupos minoritários?

Nesse contexto, destacamos a fala de AA *“[...] Uma vez eu pensei que não gostavam de mim porque eu era surda, mas percebi que era porque eu sou negra. Aqui na escola tem surdas que não gostam de mim, elas são ricas e brancas, discriminam a mim e as minhas amigas porque nós somos pobres e também negras, eu não gosto dessas situações, mas eu vou estudar e entrar na universidade e mostrar que negro também pode ser rico no futuro.”* Percebemos



no relato de AA, que a questão racial tem maior destaque sobre a surdez, a estudante faz uma relação direta entre o tom de pele e a renda familiar, talvez no ambiente social em que vive não há referências de pessoas negras que tenha ascensão acadêmica ou financeira.

A estudante por fim afirma que o ensino superior público é uma possibilidade crescimento social, significando que na sua perspectiva a educação representa uma oportunidade de mudança de vida. A narrativa da entrevistada, relembra a fala de Munanga e Gomes (2006, p. 178) ao dizer que:

Aprendemos, desde crianças, a olhar a diversidade humana [...] a partir das particularidades: diferentes formas de corpo, diferentes cores de pele, tipos de cabelo, formato de olho, etc. Contudo, como estamos imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada: perfeições e imperfeições, beleza e feiura, superioridade e inferioridade.

Retomando a narrativa de AA, observamos também que para soa estranho ser surdo e negro, o que é comum perceber na sociedade é ser ouvinte negro, ela tem a concepção de que para a sociedade ser negra é algo negativo, mas confessou que já sofreu preconceito por ser negra e pobre. Reforça também que entre os próprios Surdos ocorre segregação, mas dessa vez pela condição socioeconômica, que está diretamente ligada ao fator racial.

Já o Surdo AC nos relatou que não se considera negro, vejamos o que relata sobre preconceito em seu dia a dia: *“Eu não gosto de discriminação, as pessoas olham estranho para um negro quando passa na rua, ficam logo com medo, mas eu nunca vi as pessoas com medo de mim. Às vezes aqui na escola os ouvintes chamam o surdo de burro, eu acho que tem discriminação contra nós surdos”*.

Por não se considerar negro, o AC relata outro tipo de preconceito vivido por ele, que não é pelo fator biológico de ser negro, demonstrando que não tem uma identidade negra, e ideia superficial sobre discriminação. Se este fosse esclarecido quanto à identidade negra, talvez se identificasse como tal, mas demonstra que a sociedade também ver o negro de forma negativa, que deve ser um fator que leva este aluno surdo negro a não se considerar assim. A questão da surdez para ele está acima da questão da cor da pele, esse ponto ficou claro na sua narrativa.

Em conversa com os professores e intérpretes sobre o tema central da pesquisa, todos fizeram um questionamento parecido com esse “Por que você vai pesquisar o surdo-negro e não surdo em geral? Essa questão de preconceito racial não existe mais?”. Estes questionamentos retomam a discussão introdutória, no qual evidenciamos a escassez de estudos que fomentem



essas duas identidades, que são apresentadas na literatura de forma dissociadas, bem como a ideia de que não existe o preconceito racial.

Nesta perspectiva, obtivemos os seguintes resultados quando tratamos com os professores sobre surdez e afrodescendência: “[...] *na escola procuramos dar a mesma atenção, mas infelizmente o fato de ser negro e ser surdo percebemos um atraso, talvez pela falta de acesso, fatos socioeconômicos em relação ao aluno dito branco. (P1) Não tem diferença de ser surdo negro e ser surdo branco, eles tem sempre um atraso em relação aos alunos ouvintes, mas depende muito também do intérprete. (P2)*”. Compreendemos na fala P1 que a dificuldade do estudante Surdo no processo de ensino-aprendizagem está atrelada aos fatores socioeconômicos em que o sujeito está inserido, mas este não faz relação com a questão racial. Entretanto, com base na fala do P2 a dificuldade está no fato do estudante ser surdo e, a aprendizagem é significativa ou não dependendo do intérprete, neste sentido, percebemos que o professor transfere para o intérprete a função docente.

Enquanto isso, ao realizarmos a nossa entrevista narrativa com os intérpretes, os referidos sujeitos declararam que: “*Não vejo diferenciação, bom alguns sentem dificuldades, outros não, isso é relativo como qualquer ser humano. Não existe preconceito contra (surdo) negros. (IB) Não tem essa diferença de ser surdo negro ou surdo branco, eu não vou falar do surdo negro somente, falarei deles em geral, pois não vejo essa diferença entre eles e nem pra mim. (IA)*”. É perceptível que as intérpretes não notam que os surdos se distinguem entre brancos e/ou negros, para elas o preconceito racial entre os surdos não acontece. Apresentando-se assim a negação da identidade surda-negra, dificultando o desenvolvimento e auto afirmação dessa identidade pelo sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interações sociais são fatores de grande importância para o aprendizado e socialização do estudante Surdo, principalmente do surdo-negro. A falta destas tem como a principal causa a ausência de uma política de formação docente capaz de instrumentalizar a escola para o seu trabalho pedagógico eficaz, buscando que o aluno construa sua dignidade aceitando suas identidades.

Após a análise e a interpretação dos resultados foi possível fazermos algumas generalizações a propósito de nossas conclusões, essa interação ocorre de forma “normal” pela visão dos professores e intérpretes, mas percebemos que se diferem na opinião dos estudantes



Surdos que relatam situações de exclusão em atividades grupais, entre eles, uma segregação por fator socioeconômico, mascarando um preconceito racial.

Os estudantes Surdos interagem utilizando sua língua natural que é a Libras, mas também se adaptam ao seu receptor para se fazer entendido, onde usam gestos, mímica, escrita ou datilologia, forçando-se a usarem uma linguagem que não é a dele caso queira se integrar com os demais, que vai implicar direta e negativamente, tanto na língua de sinais e na aprendizagem dos falantes desse idioma, pois a escola deveria ter a sensibilidade de dar acessibilidade para o aluno em todos os ambientes, não somente com o intérprete educacional.

Verificamos que existe racismo sim, e os fazem de forma camuflada, como a comunidade ouvinte, a não percepção dos professores e interpretes para com o racismo é um agravante no avanço desses estudantes que estão se sentindo prejudicados, no entanto estes só conseguem entender a discriminação vinda por parte da surdez e não pela cor de pele, mas nas observações presenciamos que eles não tem noção do que são atitudes racistas, e mesmo não seria possível observar, já que em grande parte os ouvintes o fazem de forma oral, e o Surdo pelo limite auditivo não nota e passa despercebido.

A escola precisa trabalhar focando a ideia identitária do negro, desmitificando a imagem negativa do mesmo na sociedade, para que assim o Surdo possa se enxergar também como negro. E assim possa favorecer o processo de construção de uma identidade negra surda que venha favorecer o desenvolvimento, tanto afetivo, emocional, autoestima e por consequência as aprendizagens escolares.

Percebemos a necessidade de uma formação continuada que possa atender as necessidades de todos os estudantes, ou melhor, que seja incluída a disciplina para educação voltada a relações etnorracias nos currículos de formação de intérpretes e professores. Precisam pautar em um aprendizado que facilite o processo de formação das identidades negras surdas, de abordagens de valorização sobre as culturas negras. É perceptível que existe uma identidade surdo-negra em emersão, mas que se encontra barreiras em detrimento do ambiente racista da sociedade, por conseguinte, da escola que precisa avançar, para que os surdos negros também alcancem os objetivos propostos na educação.

REFERÊNCIAS

Bauer MW. **Entrevista Narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.



BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº. 9.394/96. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

_____. **Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2003.

_____. **Decreto nº 5.626,** de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. **Lei nº 10.436,** de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP).** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos.** Recife: 2ªed. Revisada e ampliada. Ed. Do autor, 2007. 304 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GODOY, Arlinda .S. **Introduzindo a pesquisa qualitativa e suas possibilidades,** in Revista administração de empresas. V.5, 2006

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7.Ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

MUNANGA, K; Gomes N.L. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006- (coleção para entender)

PACHECO, José et. al. (org.) . Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. **Caminhos para a inclusão,** Porto Alegre Artmed., 2007.

REILY, Lúcia. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação.** Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SANTOS, Silvia Karla B. M. M. dos. **O QUE É SER NEGRO NO BRASIL? – Uma reflexão sobre o processo de construção da identidade do povo brasileiro.** Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14150>. Acesso em: 26.set.2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo.** São Paulo: Atlas, 2009.